

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE AGRONOMIA
AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Henrique Araújo Zaslavsky
00228376**

Exportação de bovinos vivos e análise da rastreabilidade bovina no Brasil para o mercado da carne

PORTO ALEGRE, Abril de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE AGRONOMIA

**Exportação de bovinos vivos e análise da rastreabilidade bovina no Brasil para o
mercado da carne**

Henrique Araújo Zaslavsky
00228376

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do Grau de Engenheiro
Agrônomo, Faculdade de Agronomia, Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Supervisor do Estágio: Auditor Fiscal Federal Agropecuário Luiz Otavio Amaro da Silveira
Silveira

Orientador Acadêmico do Estágio: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Profa. Lúcia B. Franke – Coordenadora

Prof. Alberto Vasconcellos Inda Junior – Departamento de Solos

Prof. Alexandre Kessler – Departamento de Zootecnia

Prof. José Antônio Martinelli – Departamento de Fitossanidade

Profa. Magnólia Silva da Silva – Departamento de Horticultura e Silvicultura

Prof. Aldo Merotto – Departamento de Plantas de Lavoura

PORTO ALEGRE, Abril de 2019.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a toda minha família pela educação a mim transmitida, sempre pautada por valores éticos e morais, preconizando a honestidade, o caráter, a bondade, o respeito e sobretudo pelo exemplo seguido, de todos, desde meus primeiros anos de vida.

À Juliana, minha namorada, pelo companheirismo e incentivo ao meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos professores do curso de Agronomia da UFRGS, pelos inúmeros ensinamentos ao longo desses anos de graduação, em especial ao professor Dr. Paulo Dabdab Waquil, pela orientação do presente trabalho.

A todo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, pelo imelhorável acolhimento e atenção durante o estágio, contribuindo para que meu aproveitamento fosse alcançado ao máximo. Agradeço, especialmente, ao Dr. Bernardo Todeschini, Superintendente Federal de Agricultura no RS, ao Dr. Luiz Otavio Amaro da Silveira Silveira, Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal, e à Dr. Alicia Farinatti, chefe do Serviço de Saúde Animal – SEFIP/DDA pelas oportunidades a mim oferecidas e pela enorme contribuição para meu aprendizado.

RESUMO

O estágio curricular obrigatório foi realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, nos meses de janeiro e fevereiro de 2018. O objetivo foi ampliar os conhecimentos nas áreas de defesa sanitária animal e sua legislação relacionados ao processo de exportação de bovinos vivos e rastreabilidade bovina nos principais países exportadores de carne. No estágio, foram desempenhadas as seguintes atividades: estudo de legislação pertinente aos temas, acompanhamento de conferência de dados da exportação de bovinos vivos, ida ao estabelecimento pré-embarque (EPE) e ao porto de Rio Grande - RS, realização de pesquisa sobre a rastreabilidade bovina e acompanhamento de reunião. O desenvolvimento das atividades citadas possibilitou uma ampla compreensão sobre a complexidade do funcionamento do processo de exportação de bovinos vivos e de como a rastreabilidade bovina, bem como as questões sanitárias influenciam o mercado de exportação de carne.

LISTA DE FIGURAS

1.	Estabelecimento pré-embarque (EPE).....	20
2.	Navio para transporte dos bovinos vivos no porto de Rio Grande - RS.....	21

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	9
3	CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	10
4	REFERENCIAL TEÓRICO DO ASSUNTO PRINCIPAL.....	11
4.1	A Pecuária Mundial.....	11
4.2	A Pecuária de Corte do Brasil.....	11
4.3	Exportação de Bovinos Vivos.....	12
4.4	Razões para Exportação de Bovinos Vivos.....	13
4.5	Funcionamento de um Processo de Exportação de Bovinos Vivos.....	13
4.6	Rastreabilidade Bovina.....	14
4.7	Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV.....	15
4.8	Lista Trace e Cota Hilton.....	16
5	ATIVIDADES REALIZADAS.....	17
5.1	Estudo sobre legislação, questões sanitárias e comerciais envolvendo exportação de bovinos vivos.....	17
5.2	Acompanhamento do processo de exportação de bovinos vivos.....	17
5.2.1	Conferência junto ao Fiscal Federal Agropecuário de listas dos animais a serem exportados.....	18
5.2.2	Ida ao estabelecimento pré-embarque (EPE).....	18
5.2.3	Acompanhamento do embarque no porto de Rio Grande – RS.....	19
5.3	Pesquisa sobre a rastreabilidade bovina nos principais países exportadores de carne de qualidade.....	21
5.4	Reunião na sede do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).....	22
6	DISCUSSÃO.....	23
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
	REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A exportação de bovinos vivos é atualmente uma das atividades de grande importância no cenário da pecuária de corte brasileira. Observa-se a sua expansão nos últimos anos, principalmente no Rio Grande do Sul, como uma excelente opção de negócio para produtores rurais que desejam comercializar terneiros. A sua importância econômica se dá em virtude de três fatores: do interesse do mercado externo, das condições climáticas que o estado do Rio Grande do Sul possui e da situação financeira dos pecuaristas. O interesse do mercado externo, especialmente do país euroasiático Turquia, na aquisição de bovinos vivos para engorda e posterior abate, ocorre em função de uma preferência por bovinos com padrão oriundos de raças britânicas, tais como Angus e Hereford, que possuem qualidade de carne com ótimo sabor, gordura de marmoreio e notável maciez. O estado do Rio Grande do Sul, além de possuir baixos custos de produção em relação a produtores europeus, caracteriza-se por ter uma condição climática ideal para produção de gado britânico, permitindo ótimos desempenhos produtivos com relação ao conforto térmico, pluviosidade e umidade do ar adequadas. Tais características afetam diretamente o bem-estar dos animais e principalmente a disponibilidade de forragem, através da implementação de pastagens com espécies estivais e hibernais de alto valor nutritivo, contribuindo para maior ganho de peso. Além disso, historicamente evidenciam-se dificuldades na questão financeira dos produtores, no que diz respeito ao retorno econômico da pecuária de corte nacional, tendo em vista o domínio do mercado pelos frigoríficos, não existindo outra alternativa para dar vazão à produção de bovinos de corte além dessa. A exportação de bovinos vivos surge como um novo segmento de comercialização, tornando-se extremamente atrativo para produtores rurais frente a esses problemas enfrentados pelo poder de mercado dos frigoríficos, devido à concorrência gerada, não só pelo aumento de demanda como melhores preços pagos ao produtor, estimulando assim a oferta.

Ao longo dos últimos 30 anos, têm-se observado uma intensificação na mudança de pensamento dos mercados consumidores, migrando da busca única e exclusivamente por preço e itens mais econômicos para uma preocupação envolvendo características qualitativas e garantias sanitárias. Estas transformações foram motivadas devido a risco de fraudes que consequentemente afetam questões comerciais. Deste modo a preocupação mundial em relação aos produtos alimentícios consumidos vêm contribuindo para um aumento no controle dos métodos de produção, principalmente no que diz respeito aos aspectos sanitários e de

bem-estar animal, a fim de obter satisfação e segurança nos alimentos ingeridos. Este aumento dos riscos em relação aos produtos agropecuários fez com que países importadores exigissem maiores requisitos sanitários com o objetivo de propiciar um consumo seguro de produtos de origem animal. Nesse sentido, a certificação de processos e produtos vem sendo tratada como um dos temas de maior importância na atualidade. A rastreabilidade bovina caracteriza uma certificação de processo, permitindo o conhecimento do histórico do gado, desde o campo até o consumidor final, e consiste em um sistema de controle através da identificação individual ou em lotes de animais. Além da segurança, esta possibilidade do cliente em conhecer a origem do bovino, representa uma diferenciação do produto e propicia boa competitividade no mercado, tornando-se assim uma ferramenta para comercialização. Após um surto de Encefalopatia Espongiforme Bovina (“doença da vaca louca”) e pela febre aftosa ocorrido em 1996 na União Européia, a rastreabilidade bovina se configura como uma das premissas de extrema relevância no que diz respeito à venda de animais para produção de carne que tenham acesso a mercados que exigem a identificação individual.

A realização do presente trabalho teve como motivação a importância que a pecuária de corte e suas peculiaridades possuem para o cenário econômico nacional, sendo uma grande fonte de renda para muitos produtores rurais. Os objetivos para realização do estágio neste setor rural foram: ampliar o entendimento de como ocorrem as exportações de bovinos vivos, seus reflexos nas novas relações de demanda e oferta no mercado interno, e como a rastreabilidade bovina impacta na questão de acesso a mercados exigentes, tornando-se assim possível uma maior compreensão sobre o futuro que espera a pecuária de corte nacional. O estágio foi realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre - RS, sob orientação técnica do Médico Veterinário Luiz Otávio Amaro da Silveira Silveira, Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal. As atividades realizadas foram desenvolvidas na cidade de Porto Alegre -RS e nos municípios de Eldorado do Sul - RS e Rio Grande – RS, durante o período de 3 de janeiro à 2 de março de 2018, totalizando 320 horas de duração. Foram desenvolvidas as seguintes atividades: leitura de legislação pertinente aos temas, acompanhamento de conferência de dados da exportação de bovinos vivos, ida ao estabelecimento pré-embarque (EPE) localizado em Eldorado do Sul - RS e ao porto de Rio Grande - RS, realização de pesquisa sobre a rastreabilidade bovina para discussão anterior à determinada reunião.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO

O estágio realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento teve como meio físico a Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, localizada em Porto Alegre – RS. Este meio físico é caracterizado por ser um ambiente institucional, que requer a necessidade de estar próximo aos grandes centros, pois tem como objetivo estabelecer relações com outras entidades no que diz respeito a questões burocráticas relativas ao setor agropecuário.

3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com sua sede em Brasília – DF, tem extrema importância no que diz respeito ao fomento a políticas públicas de incentivo ao agronegócio, sua regulação, estabelecimento de normas e fiscalização de processos e serviços no setor agropecuário. Atua diretamente em todos setores envolvendo as mais diversas etapas, desde o fornecimento de insumos até a certificação do produto final. Sua atuação tem como fundamento a geração de indicadores para propiciar, através de políticas públicas, um planejamento estratégico, ações e programas, análise e gestão de riscos, com aplicação da legislação pertinente ao agronegócio. Visa também a certificação de processos e produtos, fornecendo uma garantia ao consumidor sobre as origens, modos de produção e comprovação da qualidade do produto que irá ao varejo, a fim de evitar possíveis fraudes e garantir a segurança dos alimentos e subprodutos. Sua relevância é fundamental pois é através dele que o Brasil estabelece suas relações comerciais exteriores, planos estratégicos no setor agropecuário, garantindo assim uma contribuição do agronegócio em 22% do PIB Brasileiro.

O MAPA foi criado no ano de 1909. Dentre os órgãos institucionais mais importantes que compõem o MAPA, podemos citar: Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Defesa Agropecuária, Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo, Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, Superintendências Federais de Agricultura nas unidades da Federação e Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária. A estrutura do MAPA possui algumas entidades vinculadas: duas empresas públicas – a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e sociedades de economia mista - a Central de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASA/MG, Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG e Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). O MAPA possui 27 superintendências estaduais, sendo a Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul localizada em Porto Alegre, na Avenida Loureiro da Silva, 515.

4 REFERENCIAL TEÓRICO DO ASSUNTO PRINCIPAL

4.1 A Pecuária Mundial

O Brasil é detentor do maior rebanho bovino do mundo, seguido por Índia, Estados Unidos, União Européia e China. Dentre os maiores exportadores de carne bovina do mundo, o Brasil também ocupa a primeira posição, seguido por Índia, Austrália, Estados Unidos, Nova Zelândia e Uruguai. Já os maiores importadores de carne do mundo são: Estados Unidos, Vietnã, China, Japão e Coréia. Quanto ao consumo de carne bovina, os Estados Unidos lideram o ranking, após China, Brasil e Argentina. (ABIEC, 2018)

Tabela 1 – Maiores exportadores de carne bovina em 2017

País	Exportações (mil TEC)	Exportação/Produção (%)	Produção (mil TEC)
Brasil	2.032,1	20,93%	9.708,2
Índia	1.513,0	52,50%	2.881,7
Austrália	1.399,7	67,04%	2.087,9
EUA	1.362,7	11,28%	12.076,4
Nova Zelândia	582,6	90,55%	643,4
Uruguai	501,1	90,68%	552,6
Canadá	444,3	37,82%	1.174,7
Alemanha	429,0	38,43%	1.116,4
União Européia	379,0	5,16%	7.350,8
Argentina	350,9	12,84%	2.732,9
Outros	3.570,9	13,12%	27.209,7
Mundo	12.565,2	18,61%	67.534,6

Fonte: ABIEC 2018

TEC – Tonelada equivalente carcaça

4.2 A Pecuária de Corte do Brasil

A pecuária brasileira compõe hoje uma das principais atividades no setor do agronegócio, tendo o Brasil o maior rebanho bovino do mundo, com um total de 221,81 milhões de cabeças. No ano de 2017, a pecuária movimentou 523,25 bilhões de reais, sendo esse valor 53% maior em relação a uma década atrás, e empregou mais de 350.000 trabalhadores com carteira assinada. O setor do agronegócio representou 22% do PIB total do país, tendo o PIB da pecuária contribuição em 31% do PIB do agronegócio, ficando evidenciada a sua intensa presença no setor produtivo. A produção de carne no país é

majoritariamente destinada ao mercado interno, que absorve 80% do volume de carne total, sendo somente 20% destinada ao mercado externo. Dessa forma, constatou-se um consumo de cerca de 37,5 quilos de carne bovina por habitante no ano de 2017. Do volume total de carne exportada, verificou-se que 77,41% foi de carne in natura, 11,04%, industrializada e 11,54%, miúdos e outros. Os principais destinos da carne brasileira in natura são: Hong Kong (20%), China (18%), Egito (12%), Rússia (11%) e outros (39%). Já a carne industrializada tem como compradores: União Européia (28%), Estados Unidos (27%) e outros (31%). Os miúdos são absorvidos principalmente por Hong Kong, Rússia e Costa do Marfim. O rebanho bovino brasileiro concentra-se nos estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Rio Grande do Sul. O Brasil abateu 39,2 milhões de cabeças no ano de 2017, sendo 5,26 milhões de cabeças (13,42%) provenientes de animais confinados. (ABIEC, 2018)

4.3 Exportação de Bovinos Vivos

Segundo Velloso (2018), a exportação de bovinos vivos ocorre há mais de 16 anos no Brasil e tem se intensificado nos últimos 6 anos. Este aumento nas exportações de bovinos, os quais representam somente cerca de 1% do abate nacional, vem ocasionando alguns levantamentos acerca do tema e discussões entre os elos mais representativos desta atividade, sendo eles: pecuaristas, frigoríficos e ativistas defensores do bem-estar-animal. No ano de 2017, o Brasil exportou cerca de 400 mil bovinos vivos, o que representa um aumento de mais de 50% em relação a 2015 (INFORMATIVO NESPro & EMBRAPA, 2018). Para o ano de 2018, segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Animais Vivos (ABREAV), foram estimados que 750 mil bovinos vivos fossem exportados, sendo que para 2019 a entidade espera que 1 milhão de bovinos vivos sejam comercializados para o mercado externo. Este cenário favorável é, sem dúvidas, explicado em razão da abertura de novos mercados. Após Austrália, México e União Européia, o Brasil ocupa, atualmente, o posto de quarto maior exportador deste setor, seguido pelo Uruguai na quinta posição. Os animais exportados pelo Brasil têm como principais destinos Turquia, Egito, Líbano, Jordânia e Iraque (ABREAV, 2019a). Acompanhando a tendência nacional, o Rio Grande do Sul obteve um aumento expressivo em suas exportações de gado vivo, tendo um salto de 8.000 bovinos exportados em 2015 para 64.319 bovinos em 2017. Os principais destinos das exportações de bovinos do Rio Grande do Sul são: Venezuela, em 2015, Egito, Turquia e Venezuela, em 2016, e Turquia, em 2017. A concentração das exportações do RS com destino à Turquia em

2017 se deve à crise política e econômica enfrentada pela Venezuela e pela preferência do Egito por raças como Nelore e Brahman, adquirindo animais da região Norte do Brasil. (INFORMATIVO NESPro & EMBRAPA, 2018)

4.4 Razões para Exportação de Bovinos Vivos

Os motivos pelos quais a exportação de bovinos vivos é uma atividade de interesse para a cadeia produtiva de carne mundial podem ser explicados principalmente pela questão religiosa e cultural, sendo também influenciados pelo viés econômico. O volume exportado se destina basicamente para países árabes, onde existe uma preferência no consumo de carne fresca, e devido à sua religião, exigem que os abates sejam de acordo com a tradição Halal. Através da importação de bovinos para engorda e posterior abate, estes mercados conseguem suprir suas necessidades atendendo às questões culturais (VELLOSO, 2018). Halal é uma palavra árabe que tem como significado: legal, permitido. A técnica de abate Halal, deve seguir o ritual islâmico (Zabihah), onde o animal deve ser abatido por um muçulmano que tenha atingido a puberdade. Este muçulmano deverá pronunciar o nome de Alá durante o abate, sendo que a face do animal deverá estar voltada em direção a Meca. Deverá ser abatido com uma faca no pescoço em movimento de meia-lua, cortando as três principais estruturas do pescoço (jugular, traquéia, esôfago), devendo o animal ter uma morte rápida. Após isto, todo o sangue da carcaça do animal deve ser retirado (ABPA, 2019).

4.5 Funcionamento de um Processo de Exportação de Bovinos Vivos

De acordo com a ABREAV (2019b), a exportação de bovinos vivos tem como premissa básica a existência de um Certificado Zoossanitário Internacional (CZI) para o país de destino, que ocorre através do acordo entre o Ministério da Agricultura do Brasil e o Ministério da Agricultura do país importador. Todos os CZIs podem ser consultados na página do MAPA, no Sistema de informação de Requisitos e Certificados da Área Animal (SISREC) e neste protocolo constam os requisitos legais de acordo com a Instrução Normativa Nº 46 de 2018 (MAPA) com as normas vigentes no país e as condições sanitárias exigidas pelo importador. Após realizada a negociação entre o exportador e o importador, será enviada uma carta de crédito, onde constará o valor pago pelo gado comercializado (ABREAV). O fiscal federal agropecuário do MAPA será notificado sobre a exportação e

fornecerá a autorização para a chegada do gado no Estabelecimento Pré-Embarque. Nesta etapa, deverá ser enviado ao fiscal um plano como toda a documentação relativa ao confinamento, contendo as ações pelo responsável técnico, nome da empresa exportadora, número do EPE, navio que será utilizado, data para abertura da quarentena, quantidade de bovinos, país de destino e data estimada para realização do embarque. Ainda de acordo com a ABREAV, será realizada uma vistoria no EPE a cargo do fiscal federal agropecuário para análise de todas as condições e verificação de conformidade com plano de confinamento apresentado, autorizando ou não a exportação. Com relação à compra do gado, todo o gado deverá possuir documentação com a propriedade de origem, local, data de compra, além da identificação individual, peso, classificação de acordo com raça ou cruzamento. Juntamente à nota fiscal, a Guia de Transporte Animal (GTA) deverá ser emitida com finalidade de exportação e com endereço do estabelecimento pré-embarque. Após a chegada do gado no EPE, será dado um prazo para iniciar a abertura da quarentena de acordo com o CZI. Esta será iniciada somente após a chegada do último bovino, não sendo permitida a entrada de qualquer animal no EPE a partir desta data. No momento da chegada do gado, todos animais deverão ser vacinados para carbúnculo, problemas respiratórios e uso de carrapaticidas. Na data de abertura da quarentena, o fiscal federal agropecuário fará novamente uma vistoria no EPE para conferência de toda a planilha com controle da identificação dos animais, origem, medicamentos. Nesta ocasião, toda rotina do estabelecimento será revisada pelo fiscal, junto ao responsável técnico da propriedade, e os animais serão avaliados nos piquetes, do ponto de vista sanitário e de bem-estar animal, sendo também objeto de verificação os resultados dos exames previstos no CZI. A saída do gado do EPE ocorrerá com o envio dos documentos e atestados sanitários por parte do responsável técnica da empresa exportadora para o despachante aduaneiro, o qual entrará em contato com o MAPA para solicitar a liberação do embarque dos bovinos com destino ao Porto de Rio Grande. Cada caminhão será lacrado antes de sair do EPE, sendo somente aberto no descarregamento no porto e embarque direto no navio. A GTA dos animais constará como destino o porto (ABREAV, 2019b).

4.6 Rastreabilidade Bovina

Segundo Vinholis e Azevedo (2002), a crise da BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina), conhecida como doença da vaca louca, ocorrida em 1996, desencadeou grandes temores por parte da União Européia em relação a qualidade e segurança dos alimentos.

Caracterizada por ser uma doença degenerativa progressiva que prejudica o sistema nervoso central dos bovinos, a BSE está diretamente relacionada à ingestão de ração que tem na sua formulação produtos de origem animal que tenham sido contaminados (farinha de carne, sangue e osso). Através de estudos realizados acerca desta doença nos bovinos, em 1997 foi comprovado que a BSE estava associada à ocorrência da doença de Creutzfeldt-Jakob em humanos. Em virtude disso, devido aos riscos oferecidos ao consumidor e à desconfiança na qualidade dos produtos, a partir de 2000, a União Européia instituiu que toda carne bovina comercializada em seu território deveria ser rastreada. De acordo com Rodrigues e Nantes (2010), este acontecimento aliado a outras restrições colocadas à importação é considerado a mola propulsora para implementação da rastreabilidade bovina no Brasil. A fim de assegurar as exportações para a União Européia, o governo federal através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no ano de 2002 criou o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina, o SISBOV.

4.7 Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV

O SISBOV consiste num sistema abrangente contendo uma série de ações a fim de fornecer a informação da origem do bovino através da identificação individual de cada animal, além de certificar seu estado sanitário, garantindo assim a segurança da carne (RODRIGUES; NANTES, 2010). Inicialmente, o SISBOV previa que até o ano de 2006 todas as propriedades que tivessem bovinos deveriam ter seus animais identificados e rastreados. Após diversas alterações em seu regulamento, foi definido que o protocolo SISBOV seria facultativo aos produtores que tivessem interesse em aderir (NEVES, 2012). Este sistema conta com certificadoras credenciadas pelo MAPA que realizam o cadastro de cada animal através da sua identificação individual na propriedade interessada em exportar com o uso de brincos e/ou bottoms específicos do programa, certificando a propriedade rural como Estabelecimento Rural Aprovado Sisbov (ERAS). Estas empresas certificadoras encaminharão todos os dados ao MAPA, e este, através de uma Base Nacional de Dados (BND), registrará todas as informações relativas ao controle dos animais, identificações, entrada e saída de animais na propriedade. Assim, todos os animais presentes na propriedade rural certificada serão monitorados individualmente, seguindo os requisitos de acordo com o SISBOV, sendo coordenado pela Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA. Após registro do animal na BND, será emitido um Documento de Identificação Animal (DIA), que irá

conter todos dados do bovino desde o nascimento até o abate (RODRIGUES; NANTES, 2010).

4.8 Lista Trace e Cota Hilton

De acordo com Florindo, Medeiros, Mauad (2015), o aumento das exigências pela União Européia às exportações de carne bovina, impuseram ao MAPA a criação de uma lista denominada Lista Trace, onde estão presentes todas as propriedades certificadas para exportação para UE. Segundo BRASIL (2019), esta lista é composta por 8 estados, sendo eles: Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A cota Hilton foi desenvolvida no ano de 1979 através de Negociações Multilaterais Comerciais promovidas pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT em inglês), sucedido pela OMC, ocorridas em um Hotel Hilton e tinha como objetivo inicial abastecer de carne bovina esta rede de hotéis. A partir daí criou-se esta cota para estabelecer um volume limite para exportação de cortes bovinos de qualidade destacada, provenientes de propriedades e frigoríficos habilitados a exportar para UE. Através de um acordo de comércio exterior, a União Européia estabeleceu a cota anual de 65.250 toneladas de carnes especiais, com uma tarifa menor, de apenas 20% em relação às tarifas pré-fixadas para importação que são de 35%. Além do Brasil, estão credenciados a exportar através dessa cota, Argentina, Austrália, Nova Zelândia, EUA, Paraguai e Canadá. Este mercado é composto somente por cortes especiais de carnes do quarto traseiro de novilhos precoces, desossadas, frescas ou resfriadas. O Brasil possui uma cota de 10.000 toneladas de carne bovina desossada por ano (NEVES, 2012). Os requisitos para atender essa cota são: animais alimentados exclusivamente a pasto e identificados com brinco e bottom SISBOV até a desmama antes dos 10 meses de idade, devendo ser abatidos com até 4 dentes incisivos. Além disso, devem possuir boa conformação e cobertura de gordura conforme exigência da União Européia. De acordo com o MAPA, o Brasil possui 1,4 mil propriedades habilitadas a exportar para União Européia e se concentram na região centro-oeste, sudeste e sul do país. (CIFUENTES, 2018).

5 ATIVIDADES REALIZADAS

A seguir são descritas todas as atividades desenvolvidas durante o estágio.

5.1 Estudo sobre legislação, questões sanitárias e comerciais envolvendo exportação de bovinos vivos

A fim de possibilitar uma melhor compreensão do processo de exportação de bovinos vivos foram realizadas diversas leituras sobre a sua legislação própria e acerca do funcionamento dos Estabelecimentos Pré-Embarques, presentes na Instrução Normativa N 13 de 2010 sendo esta substituída pela Instrução Normativa 46 de 2018, vigente no momento. Também foi objeto de estudo o Certificado Zoossanitário Internacional para exportação de bovinos vivos especialmente para Turquia, com finalidade de engorda e posterior abate. Além disso, foram realizados diversos levantamentos de dados de exportação nos anos 2016 e 2017 sobre a exportação de bovinos por destino e dos estados brasileiros. Com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre as questões sanitárias em animais, foi realizada a leitura do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (o “Acordo SPS”) da Organização Mundial do Comércio (OMC) que trata da segurança dos alimentos e sobre a restrição do uso não justificado ou sem razão de medidas sanitárias e fitossanitárias para proteção do comércio. Esse acordo tem como objetivo manter os requisitos sanitários que cada país entende que necessita, mas busca garantir que tais requisitos não sejam usados por razões protecionistas, e que isso não resulte em barreiras injustificáveis para o comércio internacional. Também foi lido o Código Sanitário de Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal, que contém informações sobre diagnóstico e notificação de doenças em animais, análise de risco, recomendações para prevenção e controle de doenças, medidas comerciais, procedimentos de importação e exportação e certificação veterinária, saúde pública, zoonoses, e questões relacionadas ao bem-estar animal.

5.2 Acompanhamento do processo de exportação de bovinos vivos

A seguir estão descritas as atividades acompanhadas que compõe o processo de exportação de bovinos vivos.

5.2.1 Conferência junto ao fiscal federal agropecuário de listas dos animais a serem exportados

Foram acompanhadas, junto ao Auditor Fiscal Federal Agropecuário - AFFA, e conferidas diversas listas com todos os animais relacionados para exportação, sua propriedade de origem, código e município, situação apto ou não, propriedade anterior, código e município, sexo do animal, idade, número de GTA, espécie, raça, data de entrada no EPE, identificação de coleta de exames. Foi realizado junto ao AFFA, a exclusão dos animais da lista para embarque que fossem oriundos de propriedade de origem ou propriedade anterior localizada a um raio de até 150 km do local onde foi encontrado o foco de doença Língua Azul, na ocasião em questão ocorrido em Santa Maria – RS. O foco de língua azul promoveu a interdição parcial ou total de diversos municípios que estivessem dentro do raio de 150 km de Santa Maria – RS, impedindo assim a exportação de bovinos vivos provenientes de propriedades localizadas nestas regiões por um tempo determinado.

5.2.2 Ida ao estabelecimento pré-embarque (EPE)

Durante o mês de janeiro, a operação de exportação de bovinos vivos contou com a participação de 7.300 animais, sendo 4.600 bovinos pertencentes a uma empresa com Estabelecimento Pré-Embarque (EPE) localizado no município de Eldorado do Sul - RS e 2.700 bovinos de outra empresa com EPE situado no município do Cristal – RS, ambas com gado confinado. Foram acompanhados apenas os bovinos da EPE em Eldorado do Sul, onde os animais permaneceram por pelo menos 21 dias, correspondente ao período de quarentena previsto no CZI para Turquia. O gado é alimentado no confinamento com silagem de milho e ração. Os animais são comprados de produtores através de um agenciador encarregado de escolher os bovinos que se enquadrem no padrão europeu, de raças puras como Angus, Hereford, ou cruzados, desde que não sejam aspados e não aparentem demasiadas características zebuínas. Os animais adquiridos para engorda na propriedade deveriam possuir até 12 meses, estarem inteiros (não castrados) devido a preferência pela Religião e por carne com pouca gordura, e com no mínimo 170 kg, sendo pago o valor de R\$ 6,50/kg. Primeiramente, os animais adquiridos são encaminhados para outros confinamentos onde permanecem aproximadamente 30 dias para após, irem para a EPE, onde permanecerão durante a quarentena. No confinamento o gado é alimentado com silagem de milho e ração. O

ganho de peso diário é de 1,2 kg. Além de diversos funcionários que cuidam do manejo alimentar dos animais no confinamento, a propriedade possui um Responsável Técnico, que tem como funções a organização de todos os dados do rebanho e o estabelecimento de um plano de controle que deve ser apresentado ao MAPA para análise. No momento em que os animais são embarcados nos caminhões na saída da EPE, há a fiscalização por parte da Secretaria de Agricultura com a presença de um Fiscal Estadual Agropecuário que confere todos animais passados no brete. Cada caminhão é carregado com 55 bovinos e lacrado sendo somente aberto para desembarque no Porto de Rio Grande – RS.

Figura 1 – Estabelecimento pré-embarque



Fonte: Autor

5.2.3 Acompanhamento do embarque no porto de Rio Grande - RS

O processo de chegada e embarque dos animais ao Porto de Rio Grande – RS foi acompanhado e observado junto ao Auditor Fiscal Federal Agropecuário, ao empresário exportador, ao importador e ao agenciador de compra do gado e veterinário responsável pela assessoria veterinária na parte de realização de exames de cada animal na EPE. O início do processo dentro do porto ocorre com a chegada dos caminhões carregados que são direcionados para uma balança, onde são pesados e têm seus número de identificação e pesos correspondentes anotados em um sistema do porto. A média de peso de cada bovino nesta operação foi de 252 kg, considerada baixa pelo exportador. Em seguida, os animais encostam em um brete montado especificamente para esta situação que direcionará o gado para dentro do navio. Após iniciado este processo, esta operação segue ininterruptamente até terminar o

embarque de todos os animais, apenas com troca de turno da equipe envolvida. No momento do descarregamento do gado no brete e carregamento no navio, o Fiscal Federal Agropecuário com o uso de um bastão eletrônico, que capta o chip no brinco de cada animal, realiza uma amostragem em 10% de todos os animais para conferência. Os animais são alocados primeiro nos andares de baixo do navio, para então serem ocupados os demais andares. O gado é colocado dentro de baias com 11 bovinos por baia. Cada baia possui bebedouros com água à vontade e comedouros com ração peletizada. O navio conta com ventiladores e exaustores em todo ambiente que contenha animais. Além disso, a água fornecida aos animais é captada do mar e passada por um dessalinizador. Através de um diálogo com o importador turco, o qual relatou outras importações de bovinos vivos, foi dito pelo mesmo que os animais ganham peso durante a viagem, devido à falta de mobilidade e à alta qualidade da ração fornecida. Os animais exportados podem desembarcar na Turquia com no máximo 300 kg, pois o importador tem maior incidência de impostos caso este peso seja ultrapassado. A viagem até a Turquia tem duração de 16 dias, com desembarque do navio no porto da cidade de Mercı, sendo o gado, nesta ocasião, distribuído para 17 produtores no momento de sua chegada. Esta operação é caracterizada como free on board (FOB), ou seja, o compromisso do exportador vai até o embarque dos bovinos no navio, sendo de total responsabilidade do importador as etapas posteriores a esta, como os custos de frete, seguro e cuidados com os bovinos durante a viagem de navio.

Figura 2 – Navio para transporte dos bovinos vivos no porto de Rio Grande - RS



Fonte: Autor

5.3 Pesquisa sobre a rastreabilidade bovina nos principais países exportadores de carne de qualidade

Com o objetivo de desenvolver uma pesquisa para analisar a rastreabilidade bovina no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, voltada para fins comerciais, e se a adoção desta prática em todo o rebanho do país/estado poderia promover o alcance de novos mercados, foram realizados diversos levantamentos de dados sobre esta questão no Brasil e em outros principais países exportadores de carne de qualidade, como Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia. Nesse sentido, foram consultados diversos regulamentos, instruções normativas e programas de rastreabilidade bovina para controle sanitário do rebanho dos países em questão. Além disso, foram analisados os mercados compradores de carne de cada um desses países, sua relação com a rastreabilidade e fatores sanitários, como a situação de cada país, no que diz respeito ao status sanitário do seu rebanho bovino. Para cada país foi pesquisado sobre materiais de identificação, sistemas de controle e armazenagem de dados, bem como exceções na identificação dos animais em casos específicos. Para a Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia foram analisados os valores pagos pela tonelada de carne por cada país importador e sua comparação em relação ao valor da tonelada de carne brasileira exportada, bem como o destino. Além disso, foram estudados os requisitos impostos pela União Européia para importação de carne bovina. O cenário de exportações de carne bovina, fortemente marcado por uma influência multifatorial como a questão sanitária, qualitativa da carne, rastreabilidade e a disputa pelo comércio, foi estudado detalhadamente, avaliando as peculiaridades, pontos fortes e oportunidades de cada país. Esta pesquisa teve como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a rastreabilidade bovina e seu impacto no comércio mundial de carnes, permitindo maior embasamento para a discussão que ocorreria no final do mês de fevereiro na sede do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Esta reunião teve o propósito de avaliar a necessidade de implementação de um sistema de rastreabilidade de todo o rebanho no Rio Grande do Sul com objetivo de aumentar as exportações de carne bovina do estado. O trabalho de pesquisa possibilitou avaliar a necessidade de rastrear ou não todo o rebanho gaúcho, apontando vantagens e desvantagens para a implementação deste processo.

5.4 Reunião na sede do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

Acompanhado do Superintendente Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, Dr. Bernardo Todeschini e da Dra. Alicia Farinatti, chefe do Serviço de Saúde Animal – SEFIP/DDA/SFA-RS, ambos médicos veterinários, participei como ouvinte, juntamente com os demais integrantes do grupo de trabalho de proteína animal em bovinos, de uma reunião ocorrida na sede do BRDE, centro de Porto Alegre - RS, para discutir sobre a rastreabilidade bovina no RS, sua necessidade, aplicabilidade, viabilidade e benefícios, bem como outras questões. Além do BRDE, a reunião teve participação das seguintes instituições: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Federação da Agricultura do Estado do RS (FARSUL), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI), Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS (PROCERGS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (FETAG), Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) e Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do RS (SICADERGS). Foi destacado que a cadeia de produção de bovinos de corte possui 2 características peculiares: um modelo de movimentação coletiva e um movimento unidirecional (diferente de equinos). Foram discutidos os fatores limitantes à implementação da rastreabilidade no RS, como o desenvolvimento tecnológico insuficiente e a baixa capacidade de adesão ao programa. Dentre os pontos mais importantes da discussão, foi salientado que, para que um programa de rastreabilidade do rebanho bovino brasileiro obtivesse sucesso, seria necessária uma visão que ultrapassasse gestões de governo, sendo criado um plano de estado. Foram colocadas diversas opiniões das entidades participantes, a favor e contra, analisando mercado doméstico vs. mercado de exportação, dificuldades para adesão pelo produtor e a existência de atrativos para o mesmo realizar a rastreabilidade. Foi colocado que os programas das raças (Angus, Hereford e Braford) realizam um excelente trabalho de fomento à pecuária, bonificando o produtor e exigindo uma rastreabilidade direcionada e eficiente, melhorando a pecuária em todo o estado. Também foram destacados alguns pontos importantes acerca da rastreabilidade envolvendo a questão sanitária, a certificação de processos e a certificação de produto. Foi enfatizado que para União Européia é importante a certificação do processo. Já para o bloco Nafta, a maior importância está na certificação do produto. Posições contrárias à rastreabilidade de todo o rebanho bovino gaúcho prevaleceram.

6 DISCUSSÃO

O processo de exportação de bovinos vivos é resultante de uma interação envolvendo diversos fatores, os quais devem estar muito bem ajustados e sincronizados para que ocorra o sucesso desta atividade. Tais fatores, representados pelo seguimento rigoroso da legislação estabelecida em todas as etapas de produção e o modo como ocorrem as relações comerciais que coordenam o mercado, marcam a complexidade desse seguimento, onde qualquer falha em uma das etapas pode significar a impossibilidade de exportar o gado. As atividades acompanhadas demonstraram que todos os agentes envolvidos como exportador, equipe do estabelecimento pré-embarque, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e equipe do porto de Rio Grande - RS estavam bem integrados, de modo que o funcionamento do processo ocorreu normalmente. Entretanto, devido ao crescimento das exportações de gado vivo, representando um aumento significativo do número de animais, nota-se que ainda existem pontos a serem melhorados para melhor fluidez das atividades, otimizando o tempo para organização de toda a parte burocrática como documentos dos animais, notas e autorizações. Foi observado que todo esse processo e sua expansão requerem ajustes na parte de transmissão de informações e da qualidade dessas informações, a fim de evitar a repetição da conferência dos dados, resultados de exames e parte sanitária dos animais, e do plano de controle de alimentos, entrada e saída de animais. Na realidade acompanhada, foi possível observar que há uma sobrecarga de trabalho no setor de trânsito animal, sendo esse o responsável por grande movimentação de informações, ocasionando a imobilização de Auditores Fiscais Federais Agropecuários por determinado período para tratar somente das questões envolvendo a exportação de bovinos vivos. Além disso, a fragilidade do processo de exportação de bovinos fica evidenciada no momento em que foi notificada a presença de um caso de doença de Língua Azul, ocorrida no mês de janeiro em Santa Maria – RS. Esta doença se manifesta normalmente em ovinos mas pode ser transmissível a bovinos. Este caso gerou a conferência de listas com identificações dos animais, propriedade de origem e propriedade anterior, ocasionando a retirada de diversos animais do processo de exportação. Tudo isso representa um aumento na demanda laboral por parte do MAPA para garantir que somente animais sadios e provenientes de áreas que não ofereçam risco possam ser exportados, sendo esta checagem dependente da precisão das informações dos animais que são repassadas ao MAPA pelo responsável técnico do EPE.

Durante a ida ao EPE pode ser observado que os animais estavam em excelentes condições e que esta era uma das maiores preocupações do exportador e sua equipe, uma vez

que para que este animal seja exportado o mesmo deve estar em seu pleno estado de saúde. Contudo, em alguns currais do confinamento não havia local com sombra, o que certamente seria um fator agregador uma vez que proporcionaria melhor conforto térmico aos animais, e possivelmente maiores ganhos de peso. Em relação à chegada dos animais no porto de Rio Grande – RS e o embarque no navio, a operação ocorreu tranquilamente e os animais foram muito bem conduzidos do ponto de vista do bem-estar animal. Dentro do navio, nos andares visitados, os animais se alimentavam da ração peletizada, tomavam água e poucas horas após o embarque já estavam descansando e ruminando, não demonstrando nenhum sinal de maus-tratos, estando em perfeitas condições. Além disso, as instalações do navio, limpeza das baias, bem como funcionamento dos exaustores para ventilação, estavam em excelentes condições. Em conversas com o importador e sua equipe, no navio, pode-se observar que os mesmos demonstraram experiência nessa atividade e um total domínio do manejo dos animais.

A exportação de bovinos vivos e sua expansão têm contribuído muito para a geração de renda para o produtor e para o exportador, de modo que se apresenta como uma nova opção de comércio, possibilitando menor dependência da indústria frigorífica. Além disso, este mercado tem proporcionado oportunidades de emprego nas mais diversas etapas do processo, desde a parte técnica envolvendo alimentação dos animais no confinamento, manejo veterinário, até o conhecimento dos processos burocráticos para controle e gerenciamento dos dados, movimentando assim a economia. Devido a se tratar de operações de grande porte, envolvendo elevado número de animais com movimentação de quantias financeiras com somas expressivas, esta atividade tem entrado na mira da indústria frigorífica e de ONG's e ativistas defensores do bem-estar animal. Apesar de o número de animais vivos exportados corresponder a aproximadamente 1% do número de bovinos abatidos no Brasil, a exportação de gado vivo promove uma competição no que diz respeito ao suprimento de bovinos no mercado interno, promovendo um aumento no preço do carneiro. Devido a isso, tem ocorrido grande pressão por parte dos frigoríficos para o término das exportações de animais vivos. Além disso, ONG's e ativistas defensores do bem-estar animal têm realizado manifestações alegando maus tratos praticados contra os bovinos vivos exportados, especialmente durante o transporte de navio. Este aspecto foi observado muito cuidadosamente e não foi notado nenhum tipo de situação compatível com essas alegações. Também denotou-se grande preocupação do importador turco em preservar o bem-estar destes animais em todos momentos do processo.

A pesquisa desenvolvida sobre a rastreabilidade bovina nos países que mais exportam carne de qualidade no mundo, Brasil, Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia, mostrou que a questão da rastreabilidade bovina para o Brasil alcançar ainda mais “Market share” e expandir suas exportações de carne para mercados exigentes não é um fator limitante. Ao analisar os dados de cada país e suas características específicas, pode-se notar diferenças quanto à obrigatoriedade de rastrear todo o rebanho, composição do mercado que absorve a carne bovina, questões sanitárias, geográficas e de rebanho bovino. As informações obtidas com a pesquisa mostraram que somente Austrália e Nova Zelândia possuem rastreabilidade obrigatória de todo o rebanho. O levantamento de dados mostrou que o Brasil exporta apenas 20% da sua produção, tendo um mercado interno muito aquecido. Comparando este dado do Brasil ao dos outros países, fica evidenciado que há uma disparidade grande, pois a Austrália exporta 67,04% de sua produção e a Nova Zelândia exporta 90,55% de sua produção. Isto demonstra que o Brasil não possui uma grande dependência do mercado externo para o mercado da carne bovina comparado a Austrália e Nova Zelândia. Já os Estados Unidos possuem uma situação mais próxima à do Brasil, exportando apenas 11,28% de sua produção, sendo o maior importador de carne bovina do mundo. Outro ponto importante a ser destacado é que Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia exportam carne para mercados exigentes em qualidade da carne e segurança do alimento, como: Japão, Coréia e Canadá. Estes mercados costumam pagar mais pela tonelada de carne exportada. A dificuldade do Brasil em alcançar mercados com melhores preços baseia-se muito no fato de o Brasil, apesar de ser reconhecido internacionalmente como livre de febre aftosa pela Organização Mundial de Saúde – OIE, manter a vacinação para esta doença, o que não é bem visto pelos países mais exigentes. Já os outros três países não possuem vacinação para febre aftosa, o que lhes garante maior competitividade. Dentre os fatores limitantes à implementação da rastreabilidade de todo o rebanho bovino brasileiro, podemos citar: o Brasil possuir o maior rebanho bovino do mundo, o alto custo, a limitação cultural devido às diferenças regionais, as dificuldades de manejo, a baixa capacidade de investimento do produtor e o desinteresse do mesmo. Como fatores favoráveis para rastrear todo o gado pode-se elencar: a possibilidade de abertura de novos mercados, a credibilidade com o mercado externo garantindo segurança do alimento, o alto potencial produtivo aliado às ótimas condições climáticas que o país possui e o uso da rastreabilidade como ferramenta de seleção através do controle de dados do manejo. No que diz respeito ao tema da reunião ocorrida no BRDE, sobre a implementação da rastreabilidade bovina no Rio Grande do Sul, o levantamento de dados mostrou que comparando o RS ao

Uruguai, o número de cabeças bovinas é muito próximo entre os dois países (RS e Uruguai), porém temos uma população quase quatro vezes maior que o Uruguai, o que gera uma relação de aproximadamente 1 bovino/habitante do RS, sendo que o Uruguai tem essa relação na ordem de aproximadamente 3,4 bovinos/habitante. Estes pontos mostram que o RS possui um mercado interno consumidor de carne bovina, enquanto que o Uruguai exporta 90,68% de sua produção, justificando que não há necessidade de rastrear o rebanho bovino gaúcho. Em relação ao Brasil, acredito que futuramente, com o avanço em otimização dos sistemas produtivos, o aumento do número de cabeças, a melhora da qualidade da carne produzida e principalmente pela ação do MAPA com o plano estratégico do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) publicado em 2017, prevendo a retirada completa da vacinação no país com reconhecimento internacional de país livre de febre aftosa sem vacinação até 2023, o Brasil possa tornar-se um representante ainda mais forte no mercado internacional de carne bovina.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de vivenciar novas experiências é de extrema importância para o crescimento pessoal e profissional do aluno durante sua graduação, contribuindo para uma integração de diversos conhecimentos adquiridos durante o curso, bem como aquisição de novos aprendizados. O estágio realizado foi muito proveitoso, pois permitiu conhecer uma profunda realidade do funcionamento das questões legislativas e burocráticas relativas ao setor agropecuário, que são essências para o desenvolvimento de qualquer atividade produtiva. Apesar do pouco período de estágio, muitos conhecimentos foram obtidos, de modo que o entendimento das questões legais para o desenvolvimento de atividades de exportação foram fundamentais para uma análise do comércio de bovinos vivos e de carne. O estudo das legislações, juntamente com o acompanhamento do processo de exportação de bovinos vivos, permitiu grande aprendizado sobre como os diferentes fatores envolvidos devem estar integrados, a importância de seu efeito sinérgico e a representatividade atual deste nicho de mercado que está em forte expansão.

As idas ao estabelecimento pré-embarque, ao porto de Rio Grande e à reunião no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul oportunizou ouvir e discutir, resultando em trocas de informações com profissionais extremamente experientes, o que contribuiu positivamente para que o estágio tenha tido um melhor aproveitamento. Nesse contexto, o contato com pessoas atuantes nos setores estudados, mostra uma realidade que provavelmente será encontrada num futuro próximo na vida profissional, o que certamente nos torna mais preparado para enfrentar os desafios no trabalho. A pesquisa desenvolvida acerca da rastreabilidade bovina e sua influência no mercado da carne foi, sem dúvida, a parte mais complexa do estágio, pois exigiu muitos estudos das legislações, questões sanitárias e do comércio de carne bovina dos 4 países. Através deste trabalho realizado e de conversas diárias com os Auditores Fiscais Federais Agropecuários, foi desenvolvida uma capacidade analítica do funcionamento do mercado de exportação de carnes. Assim, entender como as relações comerciais ocorrem é fundamental para a compreensão dos fatores limitantes, pontos positivos e oportunidades, de modo a vislumbrar estratégias para atingir os objetivos estabelecidos. Os trabalhos desenvolvidos durante o estágio serviram de enorme aprendizado para conhecer uma importante área de atuação do Engenheiro Agrônomo que muitas vezes não é mostrada durante a vida acadêmica e que certamente está dentro de suas competências.

REFERÊNCIAS

ABIEC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE. **Perfil da pecuária no Brasil**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://abiec.siteoficial.ws/images/upload/sumario-pt-010217.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ABPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. **A técnica de abate Halal**. [2019] Disponível em: <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/mercado-externo/a-tecnica-de-abate-halal>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ABREAV - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE ANIMAIS VIVOS. **Exportações de animais vivos cresce 80% e chega a 750 mil cabeças**. [2019a] Disponível em: <http://www.abreav.com.br/noticia.php?id=117>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ABREAV - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE ANIMAIS VIVOS. **Passo a passo de um exportador**. [2019b]. Disponível em: <http://www.abreav.com.br/passopasso.php>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Rastreabilidade animal**. Publicado 03/01/2017, última modificação 03/04/2019. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/rastreabilidade-animal/lista_aptas.pdf. Acesso em: 21 mar. 2019.

CIFUENTES, D. **O que é Cota Hilton e como nela se enquadrar**. 2018. Disponível em: <https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/47889/o-que-e-cota-hilton-e-como-nela-se-enquadrar.htm> Acesso em: 21 mar. 2019.

FLORINDO, T.; MEDEIROS, G.; MAUAD, J. Análise das barreiras não tarifárias à exportação de carne bovina. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 24, n.2, ago. 2015. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1010/952>. Acesso em: 05 abr. 2019.

INFORMATIVO NESPro & EMBRAPA PECUÁRIA SUL BOVINOCULTURA DE CORTE NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, ano 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355035/1529130/Informativo+Nespro+2018/5f6b178c-5e0e-41ea-a9ed-dc15d2f1325e>. Acesso em: 23 mar. 2019.

NEVES, M. F. **Estratégia para carne bovina no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <http://www.favaneves.org/wp-content/uploads/2018/03/Livro-Estrategias-para-a-Carne-Bovina-no-Brasil-Fava-Neves-Editora-Atlas-2012.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

RODRIGUES, C. L.; NANTES, D.F.J. Rastreabilidade na cadeia produtiva da carne bovina: situação atual, dificuldades e perspectivas para o Brasil. **Informações Econômicas**, SP, v.40, n.6, p.1-10, jun. 2010. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2010/tec3-0610.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

VELLOSO, F.F. **Exportação de bovinos: conhecer para apoiar (ou não)**. 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www.beefpoint.com.br/exportacao-de-bovinos-conhecer-para-apoiar-ou-nao-por-fernando-furtado-velloso/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

VINHOLIS, M. M.; AZEVEDO, P.F. Segurança do alimento e Rastreabilidade: o caso BSE. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v.1, n.2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a08.pdf> Acesso em: 05 abr. 2019.